

O PODER LOCAL E O DESENVOLVIMENTO RURALⁱ

Nelson Batista Martinⁱⁱ

1 - INTRODUÇÃO

A agricultura paulista vem apresentando um desenvolvimento expressivo nos últimos 25 anos, no entanto, ainda existem regiões nas quais suas atividades agropecuárias se encontram em decadência, fruto das características dos seus recursos naturais e como conseqüência da agricultura predatória que se pratica ainda hoje, esgotando seus recursos naturais, comprometendo o ambiente e a rentabilidade agrícola, sem um desenvolvimento sustentado. Esta situação gera um crescente êxodo rural, reduz o nível das demais atividades econômicas locais, o que acaba por inviabilizar os próprios municípios. A economia desses municípios se agrava à medida em que a sua agricultura possui baixa competitividade e se defronta com mercados desfavoráveis, como tem acontecido com café, trigo, feijão, leite, etc. Isto tem se intensificado com a abertura da economia brasileira ao mercado internacional, o que acabou exigindo níveis crescentes de competitividade, nem sempre conseguida pela agropecuária de inúmeras regiões do Estado.

Essa problemática pode ser facilmente constatada nas regiões de agropecuária mais tradicional no oeste paulista, especialmente na Alta Sorocabana, Pontal do Paranapanema, Nova Alta Paulista e Alta Araraquarense, e também no sudoeste do Estado na região de Itapeva (o chamado ramal da fome), e no Vale do Ribeira. Nessas regiões à medida em que se comprometeu o potencial de seus solos e dos seus recursos hídricos, observa-se um declínio acentuado das suas principais atividades agropecuárias que praticamente inviabilizam sua agricultura na forma como vem sendo conduzida, gerando enorme estagnação nas economias locais.

Ao mesmo tempo tem-se constatado que as formas tradicionais de enfrentar essa questão, quer pelas autoridades locais, quer pelas estaduais, não têm apresentado resultados palpáveis, à medida que não se dispõe de um projeto que consiga envolver todas as forças vivas de cada localidade para fazer frente a enorme escassez de recursos com que se defrontam.

As superestruturas públicas estaduais não estão adaptadas para um novo tipo de ação local. Isto,

somado ao baixo nível de organização dos produtores dessas regiões menos desenvolvidas do Estado e a quase ausência da ação do poder local na agricultura, tem obstaculizado a recuperação das mesmas e continuam contribuindo para o crescimento do enorme vazio demográfico em vastas regiões do interior do Estado de São Paulo. O fato de a agricultura representar mais de 90% da receita tributária de muitos desses municípios atesta a gravidade dessa situação.

As propostas de simplesmente municipalizar a ação do Estado, sem a implementação de novos instrumentos de ação estadual e local, acabam por se transformar numa panacéia que pretende resolver todos os problemas da agricultura local. Os resultados apresentados por essas ações em nível local têm sido ínfimos até o momento, uma vez que tem predominado a decisão de simplesmente transferir a infra-estrutura e recursos humanos estaduais para o município, sem gerar mecanismos de ação que possam rearticular as forças locais, visando o desenvolvimento de sua agropecuária.

Portanto a questão que se coloca é de como reverter essa situação, numa conjuntura de escassez de recursos, em regiões nas quais a agricultura se encontra produzindo com custos elevados, por dispor de um solo desgastado que limita a produtividade e a rentabilidade agrícola. Assim, o nosso objetivo é o de apresentar algumas reflexões sobre a questão, visando estimular o debate na procura de novos caminhos para o desenvolvimento da economia do setor primário local, para tornar a crescer e dinamizar seu comércio e mesmo viabilizar pequenas indústrias associadas à agricultura.

2 - SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TÍPICAMENTE AGRÍCOLAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Nos 625 municípios do Estado de São Paulo, encontram-se cerca de 400 que podem se caracterizar como tipicamente agrícola em função de ter maior proporção de população rural sobre a população total e da maior parcela da economia desses municípios depender direta e/ou indiretamente das

suas atividades agropecuárias. Os dados do censo de 1991 indicam que mais de 60% desses municípios apresentam taxa de crescimento da população negativa ou próximo a zero no período de 1980-91ⁱⁱⁱ. Considerando como exemplo de uma região tipicamente agrícola do Estado de São Paulo, a Nova Alta Paulista, composta por 41 municípios, que vão de Garça a Panorama, situada às margens do Rio Paraná, observa-se que, no período de 1980-91, cerca de 24 deles tiveram crescimento negativo de população, sete tiveram sua população estabilizada, seis tiveram sua população crescendo até 1% a.a. e em apenas quatro a população cresceu a uma taxa superior a 1% a.a. (Tabela 1). Os dados para a década de 60 e 70 indicam que a perda de população por esses municípios foi mais intensa, provocando um enorme vazio demográfico regional nas últimas três décadas.

Ao mesmo tempo, a recessão econômica vivida pelo País e pelo Estado desde o início dos anos 80 e como consequência os grandes ajustes que vêm passando a agricultura paulista, com a crise de produtos tradicionais e fortemente empregadores de mão-de-obra como o café e o algodão, geraram um total de 226 municípios paulistas com mais de 20% de suas famílias classificadas como indigentes, com ganhos familiares que permitem no máximo a aquisição de uma cesta básica, conforme estudo da Coordenadoria de Abastecimento da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo^{iv}. A concentração de indigência ocorre basicamente nas regiões agrícolas, principalmente no oeste Paulista ao longo de toda a divisa com o Paraná, Vale do Ribeira e Paraíba. No caso específico do exemplo da região da Nova Alta Paulista, verificou-se que 32 de seus 41 municípios possuem mais de 20% de suas famílias no estado de indigente, indicando o empobrecimento progressivo que se vem observando em vastas regiões agrícolas do Estado (Tabela 2).

Outra questão de enorme relevância a observar diz respeito à distribuição da população economicamente ativa e da composição do valor da população municipal das áreas agrícolas estaduais. Estudos efetuados indicam que mais de 65% do valor

da produção e da população economicamente ativa se concentram no setor primário dos municípios agrícolas. Ao mesmo tempo, nesses municípios, mais de 70% do valor adicionado provêm da agropecuária, sem considerar as outras atividades que direta ou indiretamente dependem da agricultura (comércio, transportes e agroindústrias). Na região da Nova Alta Paulista, considerada como exemplo (Tabela 3), verifica-se que em 1980, uma vez que os dados do censo de 1991 não estão disponíveis, que 25 dos 41 municípios possuíam mais de 65% de sua população economicamente ativa no setor primário, o qual concentrava mais de 65% do valor da produção em 19 municípios, indicando como a economia desses municípios dependem fortemente da agricultura de tal forma que quando a agricultura vai mal, toda economia local entra em crise. Pois, é o que se vem observando nos últimos sete anos, com enorme perda de renda pelo setor primário, provocado por perdas reais nos preços recebidos pelos agricultores que em média atingiram 30%^v.

O desenvolvimento da agricultura paulista nos últimos vinte anos se deu com excessiva especialização (monocultura) e com características predatórias, esgotando os recursos naturais, comprometendo o ambiente (solo e água), com enormes perdas de insumos, custos elevados e comprometendo seu potencial de produção a longo prazo^{vi}. Além disso, apesar da rápida transformação pela qual passou a agroindústria paulista, esta não se disseminou igualmente por todo o seu interior, fazendo com que várias regiões sejam ainda simples produtoras de produtos agrícolas que são transformados em agroindústrias situadas em pólos concentrados do Estado, não permitindo a essas regiões com economias mais frágeis uma agregação de valor a suas matérias-primas, visando gerar um maior dinamismo. Assim, encontram-se inúmeras regiões com baixa VERTICALIZAÇÃO da agropecuária^{vii}.

Nos municípios agrícolas, a agricultura acaba sendo responsável pelo nível das atividades econômicas, do comércio e da indústria e praticamen-

TABELA 1 - Taxa de Crescimento Anual da População dos Municípios que Compõem a Região da Nova Alta Paulista, Estado de São Paulo, 1960-91

(em porcentagem)

Município	Taxas anuais de crescimento
-----------	-----------------------------

	60 - 70	70 - 80	80 - 91
Adamantina	-0,61	0,08	0,01
Álvaro de Carvalho	-2,40	-0,69	-2,07
Alvinlândia	-3,30	1,38	-2,78
Bastos	4,97	4,74	2,01
Dracena	0,83	0,18	0,87
Echaporã	-0,91	-2,97	0,94
Flora Rica	-4,20	-4,98	-1,26
Flórida Paulista	-3,19	-1,56	-1,73
Gália	-2,45	-0,68	-1,06
Garça	-0,19	0,67	0,32
Herculândia	-3,36	-0,67	-0,14
Iacri	-4,61	1,21	-2,40
Inúbia Paulista	-1,53	-1,93	-2,22
Irapuru	-3,20	-2,10	-1,51
Junqueirópolis	-1,71	-0,58	-1,70
Lucélia	-1,39	-0,90	0,27
Lupércio	1,72	-2,68	1,38
Mariápolis	-4,00	-3,42	-1,82
Marília	0,96	2,18	2,02
Monte Castelo	-3,91	-0,42	-2,32
Nova Guataporanga	-6,19	1,35	-2,19
Ocaúçu	-1,56	-2,07	-1,07
Oriente	-2,71	-3,01	0,45
Oscar Bressane	-4,70	-3,09	-1,72
Osvaldo Cruz	-1,22	1,11	0,93
Ouro Verde	-1,84	-2,71	1,76
Pacaembu	-1,37	-0,90	-2,16
Panorama	0,95	2,08	3,89
Parapuã	-1,85	0,93	-0,66
Paulicéia	-0,18	-3,49	5,23
Pompéia	-7,13	0,95	0,50
Queiroz	...	-3,85	-1,54
Quintana	-5,64	-2,75	0,50
Rinópolis	-5,04	0,50	-2,75
Sagres	-6,80	-3,03	-1,12
Salmorão	-1,40	-0,38	0,00

Santa Mercedes	-2,57	-1,72	-2,89
São João do Pau D'Alho	-1,63	-0,38	-2,20
Tupã	-0,60	0,75	0,70
Tupi Paulista	-1,41	0,39	-1,38
Vera Cruz	-2,06	-0,23	-0,34

Fonte: CENSOS DEMOGRÁFICOS, 1968, 1970, 1980 e 1991.

TABELA 2 - População Residente Total e Indigente dos Municípios que Compõem a Região da Nova Alta Paulista, Estado de São Paulo, 1991¹

(continua)

Município	População 1991 ² (A)	Número de famílias				População indigente	
		Total ³ 1991 (B)	Indigentes ⁴ 1990 (C)	C/B (%)	Porcentagem sobre total Estado	Número ⁵ (D)	D/A (%)
Adamantina	32.082	8.555	1.607	18,78	0,19	4.098	12,77
Álvaro de Carvalho	3.128	834	293	35,13	0,04	747	23,89
Alvinlândia	2.540	677	173	25,54	0,02	441	17,37
Bastos	19.116	5.098	719	14,18	0,09	1.833	9,59
Dracena	39.576	10.554	1.793	16,99	0,22	4.572	11,55
Echaporã	6.330	1.681	351	20,88	0,04	895	14,20
Flora Rica	2.381	635	203	31,97	0,02	519	21,74
Flórida Paulista	12.504	3.334	967	29,00	0,12	2.466	19,72
Gália	10.492	2.798	871	31,13	0,10	2.221	21,17
Garça	41.376	11.034	2.429	22,01	0,29	6.194	14,97
Herculândia	7.037	1.877	527	28,08	0,06	1.344	19,10
Iacrí	7.041	1.878	731	38,93	0,09	1.864	26,47
Inúbia Paulista	3.354	894	290	32,42	0,03	740	22,05
Irapuru	8.249	2.200	659	29,96	0,08	1.680	20,37
Junqueirópolis	17.702	4.721	1.390	29,45	0,17	3.545	20,02
Lucélia	19.280	5.141	1.193	23,20	0,14	3.042	15,78
Lupércio	4.067	1.085	228	21,02	0,03	581	14,30

Mariápolis	4.352	1.161	376	32,40	0,05	959	22,03
Marília	160.872	42.899	4.926	11,48	0,59	12.561	7,81
Monte Castelo	4.723	1.259	383	30,41	0,05	977	20,68

¹Dados elaborados pela Coordenadoria de Abastecimento da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

²População residente - CENSO DEMOGRÁFICO, 1991, dados preliminares.

³Número de famílias considerando a média de 3,75 pessoas por família.

⁴Número de famílias indigentes. Cálculo elaborado pelo IPEA, considerando o número médio de 2,55 pessoas por família, sendo 2,55 o número médio de pessoas por família com renda mensal que permite, no máximo, adquirir uma cesta básica OMS/ONU.

⁵População indigente estimada considerando o número de famílias indigentes e 2,55 pessoas por família.

Fonte: CENSO DEMOGRÁFICO, 1991, out. 1992. Mapa da fome. Brasília, IPEA, 1993.

TABELA 2 - População Residente Total e Indigente dos Municípios que Compõem a Região da Nova Alta Paulista, Estado de São Paulo, 1991¹

(conclusão)

Município	População 1991 ² (A)	Número de famílias				População indigente	
		Total ³ 1991 (B)	Indigentes ⁴ 1990 (C)	C/B (%)	Percentagem sobre total Estado	Número ⁵ (D)	D/A (%)
Nova Guataporanga	2.133	569	185	32,52	0,02	472	22,12
Ocaçu	4.295	1.145	382	33,85	0,05	974	22,68
Oriente	6.797	1.813	338	18,65	0,04	862	12,68
Oscar Bressane	2.354	676	196	29,01	0,02	500	19,72
Oswaldo Cruz	28.919	7.712	1.615	20,94	0,19	4.118	14,24
Ouro Verde	7.098	1.893	415	21,93	0,05	1.058	14,91
Pacaembu	12.369	3.298	1.009	30,59	0,12	2.573	20,80

Panorama	12.336	3.290	451	13,71	0,05	1.150	9,32
Parapuã	11.420	3.045	979	32,15	0,12	2.496	21,86
Paulicéia	4.158	1.109	143	12,90	0,02	365	8,77
Pompéia	17.915	4.585	872	19,02	0,10	2.224	12,93
Queiróz	1.938	517	139	26,90	0,02	354	18,29
Quintana	5.179	1.381	332	24,04	0,04	847	16,35
Rinópolis	11.156	2.975	1.056	35,50	0,13	2.693	24,14
Sagres	2.654	708	262	37,02	0,03	668	25,17
Salmorão	4.464	1.190	276	23,19	0,03	704	15,77
Santa Mercedes	2.981	795	227	28,56	0,03	579	19,42
São João do Pau D'Alho	2.813	750	230	30,66	0,03	587	20,85
Tupã	61.290	16.344	3.174	19,42	0,38	8.094	13,21
Tupi Paulista	14.038	3.743	920	24,58	0,11	2.346	16,71
Vera Cruz	11.027	2.941	712	24,21	0,09	1.816	16,47

¹Dados elaborados pela Coordenadoria de Abastecimento da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

²População residente - CENSO DEMOGRÁFICO, 1991, dados preliminares.

³Número de famílias considerando a média de 3,75 pessoas por família.

⁴Número de famílias indigentes. Cálculo elaborado pelo IPEA, considerando o número médio de 2,55 pessoas por família, sendo 2,55 o número médio de pessoas por família com renda mensal que permite, no máximo, adquirir uma cesta básica OMS/ONU.

⁵População indigente estimada considerando o número de famílias indigentes e 2,55 pessoas por família.

Fonte: CENSO DEMOGRÁFICO, 1991, out. 1992. Mapa da fome. Brasília, IPEA, 1993.

TABELA 3 - Participação da População Economicamente Ativa e do Valor da Produção por Setor Econômico dos Municípios da Região da Nova Alta Paulista, Estado de São Paulo, 1980

Município	(em percentagem)						
	População economicamente ativa				Valor da produção		
	Primário	Secundário	Terciário	Outros	Primário	Secundário	Terciário
Adamantina	34,90	14,87	44,78	1,25	8,10	36,22	55,69
Álvaro de Carvalho	85,08	2,72	10,82	1,39	84,90	0,00	15,10
Alvinlândia	88,52	1,15	8,55	1,79	78,35	0,71	20,93
Bastos	37,06	34,45	25,16	3,34	34,28	44,69	21,04
Dracena	23,43	16,37	54,96	5,24	9,95	24,46	65,69
Echaporã	61,94	8,47	27,7	0,40	52,76	35,34	11,90
Flora Rica	84,34	1,06	12,72	0,67	95,42	0,30	4,27
Flórida Paulista	73,93	5,25	19,16	0,56	54,12	27,28	18,60
Gália	76,90	6,34	15,16	1,59	64,33	9,72	25,94
Garça	44,98	15,07	37,39	2,57	16,91	36,78	46,31
Herculândia	73,10	6,94	17,00	2,95	72,97	0,00	27,03
Iacrí	81,81	5,46	11,04	1,69	72,38	12,76	14,86
Inúbia Paulista	71,31	4,46	13,70	8,44	86,91	4,90	8,19
Irapuru	68,28	5,50	23,04	0,39	21,79	47,47	30,74
Junqueirópolis	53,07	11,78	31,96	3,20	21,00	49,73	29,27
Lucélia	46,96	15,97	33,64	0,26	13,89	50,29	35,82
Lupércio	88,07	2,00	9,04	0,89	77,07	0,41	22,52
Mariápolis	84,78	3,08	11,19	0,00	84,87	3,66	11,47
Marília	13,94	26,90	54,04	3,78	2,27	44,78	52,94
Monte Castelo	84,11	2,10	11,94	1,85	73,38	2,11	24,51
Nova Guataporanga	79,81	5,47	13,14	1,58	75,58	3,41	21,02
Ocaçu	82,48	2,20	12,83	2,49	75,48	5,56	18,96
Oriente	50,59	25,98	21,69	0,11	30,24	56,95	12,81
Oscar Bressane	75,41	11,21	12,35	0,00	76,67	1,56	21,77
Oswaldo Cruz	34,79	20,11	39,44	1,69	17,05	38,59	44,36
Ouro Verde	78,43	2,39	16,32	2,86	63,09	16,26	20,65
Pacaembu	62,42	9,08	25,53	0,66	33,94	37,36	28,70
Panorama	26,13	31,75	35,91	6,20	37,59	20,87	41,54
Parapuã	64,67	9,30	23,25	1,27	56,68	12,39	30,93
Paulicéia	66,76	13,13	18,06	2,05	36,75	3,67	59,58
Pompéia	35,85	28,55	33,01	2,59	12,41	65,95	21,64

Queiróz	78,06	2,34	18,71	0,00	87,22	0,00	12,78
Quintana	70,21	11,49	15,82	2,48	74,28	8,60	17,12
Rinópolis	72,24	8,82	16,70	0,92	38,82	38,02	23,16
Sagres	88,69	1,91	8,88	0,00	97,16	0,00	2,84
Salmorão	82,92	8,34	7,31	0,58	65,89	14,7	19,41
Santa Mercedes	80,75	4,12	13,93	1,20	89,89	0,51	9,61
São João do Pau D'Alho	71,98	5,90	20,01	2,10	51,67	31,48	16,85
Tupã	24,96	19,96	50,68	4,40	10,21	40,02	49,77
Tupi Paulista	47,12	11,15	37,21	4,52	23,57	34,00	42,42
Vera Cruz	52,59	12,96	30,80	1,35	22,58	54,83	19,59

Fonte: CENSO DEMOGRÁFICO de 1980 e SEADE.

te nada tem recebido em troca, fruto da baixa **participação efetiva** do poder local junto ao setor primário na formulação do seu desenvolvimento e na priorização da alocação de recursos orçamentários locais para a agropecuária. Pois, seria ingênuo considerar que a municipalização das estruturas estaduais iria estimular o desenvolvimento agrícola local, quando os municípios na sua quase totalidade não dispõem nos seus orçamentos de um único cruzeiro real para aplicação efetiva no seu setor primário e ao mesmo tempo não possuem nenhum instrumento efetivo de ação. Decisões paternalísticas com essas características, sem a efetiva participação dos produtores e suas organizações, acabam por ser nada mais que a continuidade de desperdício dos recursos públicos estaduais destinados à agricultura através das transferências aos municípios.

Observa-se uma redução do poder político da agricultura uma vez que detém a minoria dos eleitores - a maioria se concentra na área urbana. Mas, é importante lembrar que em inúmeros municípios a participação da agricultura na receita orçamentária municipal chega até 90%, sustentando todos os serviços urbanos mantidos pelos municípios e que a redução na produção agropecuária local tem efeito direto nas atividades econômicas e na arrecadação municipal e regional.

3 - COMO RECUPERAR AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS EM NÍVEL REGIONAL E AS ECONOMIAS MUNICIPAIS

Uma das primeiras questões que se coloca é a necessidade de quebrar os dogmas existentes de que os problemas da agricultura local dependem de soluções mágicas em nível federal e estadual: a solução não depende apenas dos agricultores, das autoridades municipais ou das autoridades estaduais e federais. Só com um modelo de administração integrado, com parceria nos municípios, salvará a agricultura e a economia das cidades do interior do Estado, através da definição de projetos concretos e no qual cada parceiro deverá fazer a sua parte, cumprindo com suas responsabilidades. Não devemos esquecer que a recessão econômica gerou uma enorme escassez de recursos afetando a implementação de projetos e ações locais, fazendo com que nessas condições as decisões tenham que ser mais profissionais e seletivas visando a sua efetivação. Pois se em muitos municípios os recursos destinados à educação e saúde vêm da agricultura, como não priorizá-la no contexto local? Deve-se considerar que o desenvolvimento da agricultura local também tem muito a ver com o bem-estar daqueles que vivem nos centros urbanos.

Portanto, para implementar ações em nível local é de suma importância a priorização de projetos e concentração da ação: a aplicação do princípio que tem obtido enorme sucesso no Brasil e no Exterior - **UMA CIDADE, UM PRODUTO**, pelo qual cada cidade do interior elege um produto a ser produzido com qualidade total, visando dispor de um produto com competitividade e a ele agregando valor pelo tratamento pós-colheita, preparo e mesmo o processamento, objetivando o mercado local, regional, estadual, nacional e internacional. Pois, para se obter

sucesso com o projeto eleito é necessário atuar de acordo com o moderno conceito básico hoje adotado por todas as empresas competitivas da economia nacional e internacional: **PENSAR GLOBALMENTE E AGIR LOCALMENTE**. Somente assim a agricultura de qualquer um de nossos municípios se viabilizará.

A priorização da atividade agrícola da qual dependem os municípios agrícolas consiste na criação ou manutenção de Secretarias Municipais de Agricultura e a alocação de recursos específicos no orçamento municipal, ao lado da saúde, educação e infra-estrutura; e também na criação de Conselhos de Desenvolvimento Comunitário Agropecuário como entidades jurídicas autônomas para decidir os projetos prioritários para o município e permitir a continuidade da ação, fugindo do comportamento paternalístico, assistencialista e fisiológico, tão comum em nosso meio que inviabilizam as prioridades escolhidas pelas comunidades locais.

O paternalismo tão comum na ação das autoridades governamentais estaduais e federais para com a agricultura local acaba por não respeitar os projetos locais e simplesmente ofertar máquinas, recursos, etc. que acabam por se perder ao longo do processo, praticamente não trazendo nenhum benefício aos que deveriam ser beneficiados: os agricultores.

Por outro lado, os produtores agrícolas necessitam transformar em fatos políticos suas necessidades, para aumentar a eficiência de suas cobranças, sem ficar estabelecendo relações reivindicatórias. E isto só será possível com uma relação de compromisso entre os participantes e essa relação tem que ser de **PARCERIA**, através do trabalho comunitário envolvendo todos os segmentos locais e inclusive a participação em nível estadual e com a divisão de tarefas com todos os setores da comunidade e não através de uma relação paternalística. Dada a importância da agricultura nos municípios agrícolas, os legisladores têm que sentir o significado dessa importância, principalmente na manutenção do nível de emprego agrícola para o desenvolvimento da comunidade. Mas esta relação não pode ser resolvida de forma paternalística, como é prática comum no nosso meio.

Assim a prioridade é buscar **PARCERIAS** entre os diferentes setores municipais e estaduais visando somar forças na implementação de projetos locais, comprovadamente **VIÁVEIS** (comprovados por estudos de viabilidade) e localizados (como o caso

de projetos de microbacias hidrográficas e projetos específicos nas microbacias).

Portanto, a relação importante a estabelecer é a de dividir tarefas e cumprir obrigações por todos os setores da comunidade e não de interferências, visando o crescimento da economia municipal. Isto significa um chamamento dos agricultores, políticos e cidadãos comuns para se transformarem em responsáveis pelo processo de desenvolvimento municipal. Assim torna-se necessário a criação ou manutenção de Secretarias de Agricultura nas estruturas organizacionais dos municípios, servindo não apenas para que os agricultores batam às suas portas, mas também para serem executores de acordos e decisões políticas que forem tomadas, principalmente neste momento em que se inicia a redefinição do papel do governo estadual com a implementação da proposta de municipalização da ação governamental em nível local. É de suma importância no programa municipal a compatibilização das propostas de desenvolvimento da indústria local com a agricultura, visando a **VERTICALIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA** municipal e/ou regional e atuar em todos os elos da cadeia produtiva, visando agregar o maior valor possível ao produto agropecuário em nível local.

Entre os exemplos de ação em nível local que têm frutificado em inúmeros municípios no Centro-Sul do Brasil se destacam: Criação de Fundos Municipais Rotativos para apoiar sistemas de troca na área de insumos, visando romper as resistências na adoção de novas tecnologias e alternativas agropecuárias; Condomínios Rurais de máquinas, suínos, aves, gado leiteiro, armazenagem de grãos e processamento agroindustrial que objetivam a produtividade, qualidade e competitividade da agropecuária; Recuperação de Solos - subsidiando por exemplo o transporte de calcário; fornecimento de mudas de culturas perenes e sêmen, visando a produtividade e diversificar a agropecuária; implementar projetos de Microbacias (o trabalho de microbacias é uma das formas mais inteligentes e mais organizadas para se usar adequadamente o solo no seu contexto global); diversificação agrícola; verticalização da agropecuária através do fomento de pequenas e médias agroindústrias bem como a sua integração a sistemas mais complexos; etc.

4 - SUGESTÕES PARA IMPLEMENTAR AÇÕES LOCAIS

Para fomentar e/ou intensificar as ações em nível local torna necessário implementar **PARCELIAS** em torno de uma **PROPOSTA UNIFICADA**, para não desperdiçar esforços. Hoje têm-se solos desgastados, perdeu-se muita fertilidade e produtividade, num momento em que o mundo vive uma verdadeira guerra de tecnologia e competência. Precisa-se, acima de tudo, profissionalizar a agricultura e avançar tecnologicamente, especialmente os pequenos produtores, através de condomínios rurais e associações, para que possam se modernizar e participar do novo ciclo de desenvolvimento agrícola que está surgindo. Neste contexto, o agricultor isolado (principalmente micro e pequeno) não sobrevive. Para isso poder-se-ia reorganizar, desburocratizar e dinamizar o atual Programa de Microbacias do Estado de São Paulo que tem enorme potencial de se viabilizar e permitir elevados retornos aos agricultores e seus municípios. Pois o aumento da produtividade de qualquer uma das atividades agropecuárias tem como base a exploração racional do solo. É por isso que se costuma dizer que o esqueleto da mudança no perfil econômico da agricultura local é a efetivação dos projetos de microbacias hidrográficas, o ponto chave capaz de impulsionar a produtividade agrícola e ao mesmo tempo eliminar um gasto contínuo de manutenção de estradas, calculado em até 30% dos orçamentos municipais. Influindo decisivamente nas receitas e beneficiando todos os segmentos envolvidos na produção, as microbacias somente podem se concretizar por ação conjunta de produtores, cooperativas, técnicos, município e demais segmentos da comunidade local. Para isso é necessário uma ação comum e integrada de todos os setores da comunidade e que conte com a vontade política dos prefeitos. Sem isso o projeto torna-se praticamente inviável. As microbacias constituem a alternativa para se reconstruir resultados mais duradouros para o setor primário, obter maiores receitas e gerar novos empregos. Sem o trabalho de microbacias, nas regiões de solos degradados, sem a sistematização e recuperação do solo, não há saída.

Despertar as prefeituras dos municípios agrícolas em relação ao setor agrícola e que se confi-

gura através da alocação de recursos e na disponibilidade de legislação específica para o setor primário em nível local, também precisa do apoio de quem vive na cidade e dos diferentes segmentos da comunidade: agricultores, cooperativas, sindicatos, associações de classe, políticos locais, entre outros.

Como exemplo de referências de trabalhos de recuperação de solos e de instalação de agroindústrias não se precisa visitar a Europa e os Estados Unidos, basta ver o que vem se fazendo nos municípios do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e mesmo em São Paulo.

Viabilizar um novo sistema de produção a partir da utilização racional do solo e do incremento tecnológico para tornar diferentes atividades agropecuárias efetivamente competitivas é o único caminho para gerar um novo ciclo de expansão agrícola e de riqueza em várias regiões agrícolas do Estado. Neste processo, os profissionais na área da agricultura têm um papel de destaque, nas suas mais variadas formas de atuação, ao lado da comunidade local.

NOTAS

¹Palestra apresentada no Painel: O Poder Local e A Força dos Municípios na Retomada do Desenvolvimento, no IX CONGRESSO PAULISTA DE AGRONOMIA, realizado pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo, em Ribeirão Preto (SP), de 29/09 a 01/10/1993. Recebido em 12/11/93. Liberado para publicação em 25/11/93.

²Engenheiro Agrônomo, Pesquisador do Instituto de Economia Agrícola.

³Perfil Municipal, 1980-91. São Paulo, SEADE, 1993. 8v.

⁴São Paulo, SP, Coordenadoria de Abastecimento. **População residente total e indigente**. São Paulo, CAb, 1993. (mimeo).

⁵Associação Brasileira de Agribusiness. Segurança alimentar: uma abordagem do agribusiness. São Paulo, ABAG, 1993. 162 p.

⁶Martin, N. B. et alii. Economia agrícola paulista: características e potencialidades. **Informações Econômicas**, SP, v. 21, (Supl. 01) 1991, 201p.

⁷Martin, N.B. et alii. A *performance* da agricultura do Estado de São Paulo. **Agricultura em São Paulo**, SP, v.39, n.1, 1972, p.97- 131.